

Leituras da produção [moderna] da casa: as HE* nos anos 50 e 60 em Portugalⁱ

*Habitações Económicas - Federação de Caixas de Previdência

Maria Tavares (arquitecta FAUP/PDA)

Palavras chave: habitar; habitação; Habitações Económicas.

Resumo



Vítor Figueiredo, Constância

Um dos territórios específicos do grande debate da modernidade em Portugal, é o da habitação de âmbito económico.

Entendemos que as Habitações Económicas – Federação de Caixas de Previdência, organismo que se dedica ao longo de 25 anos, ao financiamento e promoção do projecto e construção de Casas de Renda Económica, com a aplicação de capitais da Previdência, proporciona a partir do final da década de 40 do século XX, mas fundamentalmente ao longo dos anos 50 e 60, este mesmo debate, introduzindo um entendimento actualizado sobre a forma da casa, que importa explorar.

*

HE: geração e circunstâncias

Em Portugal, nas décadas de 50 e 60, e após o rescaldo do Congresso dos arquitectos em 48, o debate em torno do alojamento assume grandes proporções. O tema da habitação, enquadra-se não só numa perspectiva mais pragmática de resposta a um problema, mas também e essencialmente, na introdução de uma espécie de revisão de conceitos, associados a uma mutação

[ou adaptação] do discurso arquitectónico perante o estudo da casa, principalmente a de âmbito económico, até então reconhecida por um modelo representativo de um discurso ideológico *ruralizante*, sintetizado na *casa própria, modesta e bem portuguesa*, promovido pelo regime do Estado Novo.

O debate da arquitectura, centra-se agora na renovação de uma linguagem. Não nos interessa fazer uma leitura dos princípios orientativos do regime, tão debatidos e contestados no Congresso. *O momento de viragem na reconquista da liberdade de expressão dos arquitectos*ⁱⁱ como afirma Nuno Teotónio Pereira, é suficiente para estabelecer um ponto de partida, entendendo a vontade e a necessidade da revisão do programa do habitar, aproximando-o das experiências que o pós-guerra implementa, e apontando uma vontade colectiva de mudança por parte de uma nova geração de arquitectos.

Centramo-nos essencialmente nesta geração, atenta ao contexto da reconstrução da Europa, e inquieta com as suas propostas [modernas], onde o mínimo, o *standard* e a modulação são conceitos prioritários, e atribuímos-lhe uma nova consciência social, já que, como refere Nuno Portas, *o conceito de modernidade (...) se vai tornando, sociologicamente, um pouco possível*ⁱⁱⁱ.

A par de toda uma agitação cultural resultante do contexto desta *novíssima geração*^{iv}, são criadas em 1947, as Habitações Económicas – Federação de Caixas de Previdência (HE), organismo semipúblico no contexto do Ministério das Corporações, com o objectivo de aplicar capitais da Previdência, no financiamento e promoção, do projecto e construção de Casas de Renda Económica. E é através do levantamento de modelos de habitar das HE, e da sua leitura, que compreendemos a importância de referenciar a geração de actores deste organismo, coincidente por razões circunstanciais com os que participam na revisão do debate arquitectónico sobre a casa, introduzindo uma importante reflexão sobre a modernidade em Portugal, e ensaiando um novo percurso na arquitectura doméstica na segunda metade do século XX.

As HE, arrancam curiosamente, em simultâneo com a grande alteração estratégica habitacional da década^v. O bairro de Alvalade, em Lisboa, representa

o primeiro conjunto urbano integrado, introduzindo a aposta do edifício de habitação plurifamiliar^{vi}, com o recém estatuto de Casas de Renda Económica^{vii}. As duas primeiras células, das oito que constituem o plano de Faria da Costa, inteiramente construídas com fundos da Previdência, e que serviriam de *rampa de lançamento*^{viii} das HE, utilizam pragmaticamente os estudos que Miguel Jacobetty viria pouco tempo mais tarde a apresentar no Congresso de 48, como uma contribuição para o tão debatido *Problema Português da Habitação*^{ix}.

Se nesta primeira fase pragmática de Alvalade, se verifica a aposta no uso de projectos-tipo^x, dado, por um lado, à inexistência de um corpo técnico, e por outro, à necessidade de resposta imediata para aplicação dos capitais acumulados, a partir dos anos 50, as HE assumem uma espécie de ajuste [ou recusa] dos mesmos, a favor de elementos funcionais-tipo, susceptíveis de várias combinações^{xi}.

O esforço em manter uma reflexão actualizada sobre a habitação e o sentido da organização da casa, levam as HE, a basearem-se em leituras e experiências de outros países, através de viagens, encontros e congressos, onde activamente participam. Nuno Teotónio Pereira é o grande representante^{xii}, e poucos anos mais tarde, João Braula Reis^{xiii}, o grande incentivador da equipa de projecto, criando o que viria a ser, uma grande estrutura de debate sobre habitação.

4 Casas, 4 Projectos, 6 Arquitectos

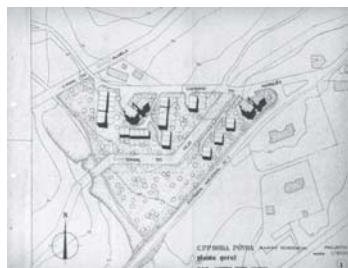
As 4 casas que apresentamos de seguida e que propomos explorar e percorrer, são pensadas no contexto das HE, por diferentes arquitectos da *novíssima geração*. Agrupadas pelas duas leis^{xiv} que suportam a acção do organismo ao longo dos seus 25 anos de actividade, e que se constituem metodologicamente como momentos distintos, as casas, limitadas no seu orçamento e traduzindo um conceito de mínimo já testado em outras experiências, contextos ou mesmo programas^{xv}, introduzem uma [re]leitura desse mesmo conceito, através de um complexo jogo de experimentações funcionais e formais, relacionando lugar, programa e espaço doméstico, e desmistificando o possível conceito de obra menor dada a dimensão económica da casa.

Caixa de Previdência do Pessoal da Soda Póvoa

Nuno Teotónio Pereira | Bartolomeu da Costa Cabral

Ao abrigo da Lei n.º 2007, Nuno Teotónio Pereira projecta com Bartolomeu da Costa Cabral em 1954, um agrupamento de Renda Económica na Póvoa de Stª Iria, para os beneficiários da Caixa de Previdência do Pessoal da Soda Póvoa.

O programa estabelece construção faseada, sendo a primeira, destinada a um conjunto de 2 edifícios, de 4 pisos cada, prevendo um total de 24 fogos, para além de outros 28 distribuídos por bandas de casas unifamiliares. [Fig. 1]



1. Soda Póvoa, implantação

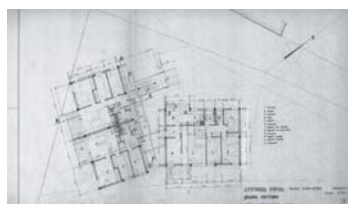
O terreno, situado à época na periferia da vila de Póvoa de Stª Iria, não permite que as implantações propostas possam estabelecer uma ligação orgânica com a mesma, numa perspectiva de continuidade, à imagem das experiências italianas da INA-CASA, que as HE curiosamente seguiam. Na verdade, um dos princípios, e sempre que possível, seria não estabelecer rupturas com a malha consolidada, muito embora, por um lado, difícil pela própria localização dos terrenos na sua grande maioria periféricos e, por outro, porque ainda no início da década de 50, importa explorar a perspectiva laboratorial dos conceitos urbanos modernos. Veja-se o que se propõe para a operação dos Olivais-Norte em Lisboa, ainda durante a década em causa, enquadrado neste contexto de revisão da produção arquitectónica que caracteriza a época^{xvi}.

Mas concentremos a atenção no *curioso* projecto em bloco implantado mais a Poente, que aliás, de todo o plano proposto, incluindo a habitação unifamiliar, é o único a ser construído.

O *curioso* bloco, condensa nos dispositivos propostos, uma série de princípios que os autores aplicam noutras obras [contemporâneas desta^{xvii}], mas que aqui revelam particular atenção.

Vejamos a distribuição programática, que por si só, já contempla uma proposta inovadora: o programa prevê habitações não só para os operários da fábrica, mas igualmente para os funcionários administrativos da mesma. O edifício,

cumprir o princípio de integração de diferentes modalidades de habitação (duas neste caso), o que o sistema de notação denomina de classes, mas neste caso e curiosamente, distribuídas no mesmo piso. Conceito aplicado nas grandes operações dos Olivais Norte e Sul em Lisboa, e já testado na primeira grande operação integrada da capital, o Bairro de Alvalade, embora nestes casos em contexto de bairro.



2. Soda Póvoa, planta de piso

A opção pelo edifício integrado, se assim se pode denominar, determina como veremos, a organização funcional do mesmo, assegurando boa insolação às habitações e aproveitando ao mesmo tempo a esplêndida vista sobre o rio Tejo. Deste modo, e também por forma a responder às condicionantes económicas previstas, os arquitectos optam por distribuir 3 casas por piso, associadas por uma galeria de acesso, ou *passadiço comum*^{xviii}, agrupando as 2 casas de tipo 3 para os operários da fábrica, e isolando a de tipo 4, destinada aos funcionários administrativos. [Fig. 2] No entanto, o *movimento das pessoas pela galeria e escadaria exterior*, como especificam, possui um valor estimulante da vida social pela atracção que exerce, daí considerarem a presente opção como um factor importante da vitalização do conjunto.

A distribuição dos espaços interiores, é estudada em função do programa, e essencialmente diferente nos dois tipos.



3. Soda Póvoa, planta tipo 3

Nos *tipos 3*, com entrada a Norte e com um programa menos extenso [Fig. 3], verifica-se a introdução do conceito de espaço comum, um dispositivo moderno (que os autores repetem em numerosos projectos), que contempla uma espécie de ajuste/adaptação a um novo contexto, não só de estrutura familiar, mas também ideológico. Liberta-se todo o espaço comum (composto por zona de estar mais serviços) para as tarefas domésticas, em que a mulher desempenha um papel fundamental. Deste modo, define-se claramente uma zona central da organização doméstica, com um núcleo de serviços completo, respondendo a todas as funções necessárias, sendo 4 as que terão de se processar: comer, estar, cozinhar e serviço de roupas.

Na impossibilidade de reservar a cada uma destas funções áreas independentes, dado os condicionalismos económicos e espaciais, propõem que se agrupem em

grau de maior ou menor diferenciação. A localização do mobiliário, assim como a sua associação, distingue claramente as funções. A zona de roupas, com o indispensável tanque e a moderna tábua de engomar rebatível, para libertar o espaço), voltada para a galeria, assim como a instalação sanitária comum, usufrui ainda de um espaço exterior de estendal protegido pelas modernas grelhas cortina, privatizando o espaço interior.

Toda esta zona de serviços, orientativa do espaço do habitar, contempla uma série de arrumos, com o inevitável maleiro superior, que para além de oferecer o indispensável arrumo, proporciona ainda uma etapa de transição para a zona de estar.

Os quartos, num total de 3, comunicam directamente com uma espécie de percurso/corredor imaginário, que rasga toda a habitação, desde a entrada da casa, até à espaçosa varanda virada ao rio.



4. Soda Póvoa, planta *tipo 4*

No outro tipo proposto [Fig. 4], existe uma diferenciação bem marcada entre as zonas, devido à presença de criada e à conseqüente alteração do papel da mulher na organização da casa. Esta, organiza-se através de uma sequência de espaços, iniciando-se por um hall de distribuição, que faz a ligação a outras partes da casa, flexibilizando os percursos. Deste modo, temos toda a zona de serviços concentrada à esquerda, enquanto o espaço de estar, poderá ser ampliado para uma quarto/escritório. O resto dos quartos (mais 3), estão perfeitamente inseridos numa zona mais privada.

Apesar da demarcação de cada um dos espaços propostos, é curiosa a introdução do sistema de entradas múltiplas para alguns deles, fazendo do percurso um jogo compositivo, nomeadamente no acesso à sala e zona de serviços. Se no primeiro tipo, o dispositivo doméstico comum, ocupa uma posição essencial na organização doméstica, neste caso, a sala como espaço de estar por excelência, é o centro da casa.

Em busca da *linguagem da modernidade*, e acreditando na eficiência dos *novos* materiais, a construção é totalmente constituída por uma estrutura periférica de



5. Soda Póvoa, perspectiva exterior

betão, e todas as superfícies estão sem revestimento [Fig. 5], adoptando-se assim, uma nova preocupação compositiva, contrariando os modelos até então aplicados neste tipo de programa.

Os três exemplos que se apresentam de seguida, são projectados para contextos francamente rurais, ao abrigo da Lei n.º 2092, que ao entrar em vigor em 1958, trará consequências determinantes ao nível dos modelos de acção das HE, e consequente dinâmica do organismo durante a década de 60.

Casa do Povo da Chamusca

Bartolomeu da Costa Cabral | Vasco Croft de Moura



6. Chamusca, foto

O conjunto que Bartolomeu da Costa Cabral e Vasco Croft projectam em 1959 para a casa do povo da Chamusca [Fig. 6], destinado a trabalhadores rurais, é contemporâneo do Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa, e tal como os próximos exemplos, pretende demonstrar um dos contributos do Inquérito, seja por um lado, um *certo afastamento relativo a formas estereotipadas do Movimento Moderno*, e por outro, a valorização de vivências, *materiais tradicionais e o entendimento das estruturas físicas do meio rural*^{xix}.

O conjunto, divulgado em 1961 pela revista *Arquitectura*^{xx}, num completo artigo de Carlos Duarte e Daniel Santa Rita (que para além de um *comentário crítico* sobre o projecto, expõem todo o seu conteúdo desenhado, assim como imagens da obra e aspectos da apropriação doméstica), é apontado como o primeiro a ser construído ao abrigo da Lei n.º 2092, de uma série de conjuntos a *espalhar pelo país destinados a trabalhadores rurais e operários*.



7. Chamusca, implantação

Implanta-se de acordo com as condições do terreno [Fig. 7], numa lógica de espontaneidade, conciliando criteriosamente programa e sítio, sendo composto por 11 núcleos habitacionais em banda, construídos de forma faseada. As habitações, e de acordo com o programa base, são distribuídas em 4 tipos, proporcionando através da sua associação, a criação de núcleos comuns, locais

de reunião e convívio, dando especial importância a este espaço onde a vida social se processa, transformando-o em espaço igualmente habitável.

Está previsto no plano, algum equipamento que revela por parte dos autores consciência do problema do afastamento à vila: um infantário, uma loja, e um curioso espaço de terreiro, para a construção de um coberto. Nesta lógica de associação dos fogos, incluindo o pouco equipamento colectivo previsto, importa a relação que se estabelece entre as famílias, a estrutura da própria vida social. Há uma procura eficaz às necessidades habitacionais da população, que não difere em termos de princípios conceptuais, das grandes experiências que decorrem na mesma altura em contextos urbanos, e pelos mesmos autores^{xxi}.



8. Chamusca, planta *tipo A*

As propostas para os diferentes espaços do habitar [Fig. 8], introduzem mais uma vez, uma diferente visão sobre a percepção arquitectónica do espaço. Valorizando igualmente o espaço central comum, com o fogo como o centro da vida doméstica e da composição interior da casa, tiram partido de uma série de pequenos dispositivos pensados em termos de uso e conforto (como um pequeno quarto resguardado por um taipal e uma cortina), não pela excelência da área, mas pela relação que se estabelece com os princípios organizativos, reduzindo e simplificando o programa na sua articulação, anulando consideravelmente os espaços de circulação.



9. Chamusca, fotos do exterior

Todos os tipos apresentam desníveis internos, maiores ou menores de acordo com o terreno, mas dele tirando partido para a libertação do espaço central comum. As casas, com comunicação directa com o logradouro são tomadas como expressão de continuidade de um modo de viver [Fig. 9], ampliando visualmente a própria habitação.

Importa destacar mais uma vez a consciencialização do papel da mulher no lar, dando atenção aos locais polarizadores da reunião familiar, e sua relação com o núcleo de serviços.^{xxii}

Vasco Croft, como funcionário dos serviços centrais das HE, e a propósito deste tema, elabora um exaustivo estudo publicado na colectânea de habitação HE (de

circulação restrita^{xxiii}), onde explora o equipamento elementar das cozinhas, de acordo com a situação a intervir e tomando como referência exemplos exteriores, nomeadamente e mais uma vez, os italianos.

Casa do Povo de Torre de Dona Chama

Arnaldo Araújo | José Dias



10. Torre Dona Chama, alçados

Arnaldo Araújo, projecta em 1963, na figura de arquitecto regional^{xxiv} das HE da zona de Trás-os-Montes, com José Dias, um agrupamento para Torre Dona Chama em Bragança. [Fig. 10]

Importa, neste caso específico, introduzir a ponte para a importante sintonia que se observa com outros acontecimentos que consideramos determinantes no projecto de Arnaldo Araújo: mais uma vez o Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa, onde participa na equipa de Trás-os-Montes; a sua prova CODA, sobre as Formas do Habitat Rural no Norte de Bragança em 1957; a participação juntamente com Fernando Távora, no plano de uma comunidade rural, que o grupo CIAM Porto apresenta ao 10º CIAM em Dubrovnik; e a recuperação das aldeias do concelho de Bragança, que as HE promovem em 1960, iniciando com uma operação experimental na aldeia de Espinhosela, tendo por base a prova CODA de Arnaldo Araújo, atribuindo-lhe a responsabilidade do trabalho.



11. Torre Dona Chama, implantação

Figura muito importante e reconhecida, no seio das HE, apresenta fundamentalmente um discurso teórico assente na operatividade, aliás, visível pela forma como comanda o estudo de Espinhosela, fundamentado na experiência do Inquérito, do CODA, e no desejo real de conhecer a realidade do país, de reconhecer os atributos racionais da cultura popular, propondo um novo discurso metodológico e uma nova possibilidade operativa.

Mas voltando a Torre Dona Chama. As 14 habitações propostas pelo programa, localizam-se perto do campo da feira, elemento estrutural da aldeia e indispensável para a proposta de organização de todo o conjunto. [Fig. 11]

A sua composição, assenta, conforme Memória Descritiva, na *definição de um logradouro comum, para onde se distribuem as casas*, divididas em 4 grupos, e entre as quais se processam as relações do logradouro com o exterior.



12. Torre Dona Chama, plantas

Ao nível da organização do espaço interno, os autores criticam na Memória Descritiva, *as casas correntes em muitos outros lugares*, compostas de um volume maior de corredor central com quartos e saleta, e um menor, a cozinha. Tudo a um nível sob o qual ficam as lojas. Em face disto, o que propõem: abolição do corredor, para um pequeno núcleo de distribuição para os quartos e banho próximo, e um sistema de vida relacionado com conceitos de modernidade [Fig. 12], como a relação da dita saleta com a cozinha, que contém local de refeições, separadas pontualmente pela chaminé, elemento central da casa - e simbólico na organização doméstica e familiar - e a inevitável relação múltipla com o exterior, adequando esta nova visão da casa, às condições técnicas locais e inevitavelmente culturais.

Acreditamos que a participação de Arnaldo Araújo nos processos já referidos, e os projectos que elabora para as HE (de que este não é o único registo), contribui para mostrar como se abre um outro discurso sobre o regionalismo, ultrapassando uma espécie de codificação da *Casa Portuguesa* conduzida por Raul Lino, e exposta nos modelos anteriores de habitação de âmbito social, de que o regime das Casas Económicas é exemplo.

A proposta não foi construída, a favor de um projecto de Alcino Soutinho, na figura de arquitecto responsável pelo sector de estudos e projectos da delegação Norte das Habitações Económicas - Federação de Caixas de Previdência.

Conjunto Habitacional Caima Pulp C^a Lda

Vítor Figueiredo



13. Constância, implantação

Este nosso percurso, termina com um projecto de Vítor Figueiredo para os trabalhadores da unidade fabril Caima Pulp em Constância, em 1963. [Fig. 13]

Vítor Figueiredo elabora este e inúmeros projectos para as HE, na qualidade de arquitecto regional para as zonas de Leiria e Santarém. O experimentalismo do movimento moderno também pontua nas suas obras, mas sempre com uma atitude muito crítica e muito independente face ao repertório arquitectónico disponível.^{xxv} As condicionantes de custo mínimo, são para ele, apenas mais um parâmetro e não, como refere em entrevista, um *espartilho*.

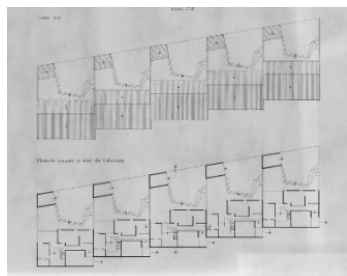
Leitor atento das obras dos mestres, tal como a sua geração, fala-nos da importância de F.L. Wright e da descoberta, de *nas plantas desenhar os percursos com prazer de imaginar estar, permanecer, em espaços com encanto*^{xxvi}, por onde se possa circular, ultrapassando apenas com uma porta a exiguidade dos espaços.

Em Constância, para um terreno situado junto à unidade fabril, e não integrado em qualquer aglomerado, o programa prevê 70 habitações divididas em 2 categorias, diferenciados não só pelo número de quartos, mas também pela introdução de garagem privada e, curiosamente, para o maior número (cerca de 40), a existência de cozinha a lenha.

O projecto de Vítor Figueiredo, remete-nos numa primeira leitura, para o conjunto denominado 5 dedos que constrói em Chelas no início dos anos 70, muito embora o próprio justifique a implantação, por um lado, pelo respeito ao plano, e por outro, pela importância da criação de espaços intersticiais, que como veremos, já aplicados na proposta em Constância.

O acesso, faz-se a Norte do plano, definindo-se conforme o autor, pela criação de *linhas de força em leque, convergentes para uma zona-largo ou pateo*^{xxvii}, dotadas de instalações complementares (com escola, comércio e instalações sociais), procurando curiosamente evitar-se a expressão acumulativa que quase todos os aglomerados deste tipo possuem. Os espaços intersticiais já referidos,

procuram definir espaços de relação, de carácter público, o que à época não era muito vulgar. Importa destacar, a possível evolução do plano, caso necessário, assegurando-se desta forma, uma possível continuidade.

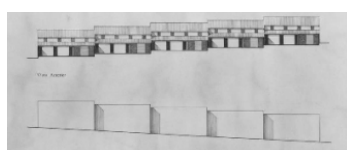


14. Constância, plantas cat. II

Particularizando os 5 fogos da Categoria II [Fig. 14], destinados aos trabalhadores administrativos da fábrica, reflecte-se como a sua localização se define no conjunto, determinada pela necessidade de acesso automóvel, e conforme memória descritiva, procurando objectivamente *responder a hábitos ou aspirações de formas de habitar de agregados familiares diferenciados pelo vencimento e função do trabalhador*^{xviii}.

Programa um pouco mais extenso que os outros propostos para o mesmo plano, é enriquecido por uma valorização de espaços que o autor denomina de *afuncionais*, ou seja, espaços extra que, por supérfluos que sejam, acrescentam algo *aquele mundo de mínimos*, como refere.

As entradas múltiplas a alguns dispositivos, permitem uma espécie de circuito. Na verdade, o autor defende a sucessão de espaços e compartimentos, em substituição da grande sala comum, como vimos nos outros exemplos apresentados. Cada espaço, a sua função, com a menor área possível, introduzindo uma leitura funcionalista baseada na aposta do percurso e da ligação entre as várias tarefas domésticas.



15. Constância, alçados

A relação com o exterior, faz-se através de uma espécie de logradouro privado, espaço de transição por excelência, para a vida em comunidade.

O projecto não foi construído, fica a racionalidade formal, e a determinação com que parte para a discussão de uma modernidade. [Fig. 15]

Uma leitura

Os 4 projectos apresentados, fazem parte de um amplo percurso na arquitectura da habitação em Portugal. As HE, ao longo dos seus 25 anos de actividade, sabem tirar partido das fontes e recursos disponíveis, aplicando-os em jeito de *laboratório* de experiências, consolidando em simultâneo uma prática, através

de um vasto estudo e discussão sobre a temática do habitar (visitando e reflectindo sobre outras experiências e realidades), nunca dissociando este *modo de fazer*, de uma reflexão teórica, para o que os principais actores são fundamentais. Acreditamos que o percurso destes, fora do contexto do organismo, é determinante para todo o resultado, através das experiências e pesquisas que se produzem em torno do estudo da casa, e como depois se retomam em obras com outras escalas e dimensões.

Importa reter essencialmente conceitos como: espontaneidade e realismo, que, não ignorando os contributos do movimento moderno, promovam uma linguagem que *se ligue aos valores de uma tradição autêntica e, como tal, sejam mais apreensíveis pelos destinatários^{xxxix}*.

Importa igualmente actualizar as referências, resultando numa [re]leitura dos valores da casa. São pensados novos espaços de habitar, com novos acessos, novos princípios de organização, novos dispositivos espaciais, com as funções diurnas a determinarem novas agregações. O conceito de família, é substituído pelo de grupo doméstico^{xxx}, pela importância da relação do espaço com o *utente*, pela forma como se estuda o programa de forma participativa por parte dos moradores, pelo papel da mulher na vida doméstica e, pela aparente simplificação do programa do habitar. Trata-se de uma mudança significativa do ponto de vista da estratégia cultural, pondo em prática uma reflexão sobre a disciplina, cruzando-a com o significado da realidade portuguesa, tendo como ferramenta a participação no Inquérito, questionando acima de tudo, como afirma Alexandre Alves Costa, a *racionalidade estrutural da arquitectura espontânea^{xxxi}*.

Assume-se a *responsabilidade social*, num jeito de compromisso com os formalismos do movimento moderno, explorando o sentido da organização da casa, e transportando os valores de uma nova modernidade, num Portugal que se afigura em transformação.

Origem das imagens:

1. Espólio Nuno Teotónio Pereira, SIPA, Forte de Sacavém.
2. Espólio Nuno Teotónio Pereira, SIPA, Forte de Sacavém.
3. Produção própria.
4. Produção própria.
5. Espólio Nuno Teotónio Pereira, SIPA, Forte de Sacavém.
6. Produção própria.
7. CROFT, Vasco, *Arquitectura e Humanismo. O papel do arquitecto, hoje, em Portugal*, Lisboa, Terramar, Junho 2001.
8. Produção própria.
9. DUARTE, Carlos S., RITA, Daniel Santa, “Bairro Económico da Chamusca”, *Arquitectura*, n.º74, Março 1961.
10. IGFSS, Departamento Património Imobiliário, Delegação Norte, Porto.
11. IGFSS, Departamento Património Imobiliário, Delegação Norte, Porto.
12. Produção própria.
13. Espólio Vítor Figueiredo, SIPA, Forte de Sacavém.
14. Espólio Vítor Figueiredo, SIPA, Forte de Sacavém.
15. Espólio Vítor Figueiredo, SIPA, Forte de Sacavém.

A referencia bibliográfica para este artigo:

Tavares, Maria, "Leituras da produção [moderna] da casa: as HE nos anos 50 e 60 em Portugal", *Resdomus*, Grupo FCT Atlas da Casa, Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo, Porto, 2010; www.resdomus.blogspot.com [2010]

Notas:

ⁱ Este artigo, tem por base a apresentação de uma comunicação no Colóquio C+C+W 2010, na Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, no dia 14 de Abril de 2010.

ⁱⁱ PEREIRA, Nuno Teotónio, “A arquitectura do Estado Novo”, *Arquitectura*, n.º142, Junho 1981.

ⁱⁱⁱ PORTAS, Nuno, “A Responsabilidade de uma Novíssima Geração do Movimento Moderno”, *Arquitectura*, n.º66, Dezembro 1959.

^{iv} Idem.

^v TOSTÕES, Ana, “Portugal: la vivienda como laboratório moderno”, in *Registo Docomomo ibérico 1925 1965: la vivienda moderna*, Barcelona, Fundación Caja de Arquitectos, 2009.

^{vi} “(...) ainda assim com o máximo, expressamente consignado, de rés-do-chão e 3 andares”. PEREIRA, Nuno Teotónio, “A Federação de Caixas de Previdência – 1947-1972”, in *Escritos (1947-1996, selecção)*, Porto, FAUP publicações, 1996, p. 206.

^{vii} Lei n.º 2007, de 7 de Maio de 1945.

^{viii} PEREIRA, Nuno Teotónio, “A Federação de Caixas de Previdência – 1947-1972”, in *Escritos (1947-1996, selecção)*, Porto, FAUP publicações, 1996, p. 207.

^{ix} Uma das temáticas debatidas no Congresso dos Arquitectos em 48.

^x Os mesmos projectos são ainda usados em “pequenos núcleos de Casas de Renda Económica em capitais de distrito e noutras localidades”, cobrindo o território e “colmatando as grandes lacunas dos bairros de Casas Económicas, com uma tipologia mais urbana e com um regime de locação menos exigente”. PEREIRA, Nuno Teotónio, “A Federação de Caixas de Previdência – 1947-1972”, in *Escritos (1947-1996, selecção)*, Porto, FAUP publicações, 1996, p. 207.

^{xi} Habitações Económicas – Federação de Caixas de Previdência, Colectânea de Estudos de Habitação, Publicação de Circulação Restrita, nº 9, Outubro 1963, p. 10.

^{xii} Nuno Teotónio Pereira entra para as HE, 1 ano depois do seu arranque para trabalhar no acompanhamento da obra de Alvalade, sob a direcção do Eng.º Guimarães Lobato. É o primeiro e único arquitecto do organismo, por mais de uma década, até à entrada de João Braula Reis.

^{xiii} João Braula Reis é sugerido por Nuno Teotónio Pereira, depois de ter aprofundado o tema da habitação económica como tese de fim de curso.

^{xiv} Lei n.º 2007 e Lei n.º 2092.

^{xv} Importa reforçar a discussão em torno de outros programas, nomeadamente das casas de férias, com a proposta da *redução de áreas, (...) e soluções de economia de espaço, informadas nas experiências modernistas sobre condições mínimas de habitabilidade*. RAMOS, Rui, *A Casa, Arquitectura e Projecto Doméstico na Primeira Metade do Século XX Português*, Porto, FAUP publicações, 2010, pág. 499 e seguintes.

^{xvi} TOSTÕES, Ana, *Os Verdes Anos na Arquitectura Portuguesa dos Anos 50*, Porto, FAUP publicações, 1997, p. 76.

^{xvii} Tanto no âmbito das HE, como através de encomendas privadas, os arquitectos usam uma série de princípios de organização espacial comuns, como por exemplo no Bloco das Águas, Unidade de Habitação Cooperativa para a AIL, Vila do Conde, ...

^{xviii} Conforme memória descritiva.

^{xix} PEREIRA, Nuno Teotónio, “Um testemunho sobre a arquitectura nos anos 50”, in *Escritos (1947-1996, selecção)*, Porto, FAUP publicações, 1996, p. 259.

^{xx} DUARTE, Carlos S., RITA, Daniel Santa, “Bairro Económico da Chamusca”, *Arquitectura*, n.º74, Março 1961.

^{xxi} Veja-se mais uma vez, o que se constrói nos Olivais.

^{xxii} PORTAS, Nuno, *A habitação social: proposta para a metodologia da sua arquitectura*, Porto, FAUP publicações, 2004, p. 142.

^{xxiii} Os boletins HE ou cadernos técnicos, desenvolvidos nos serviços centrais e de circulação restrita, resultam de uma resposta a “*todo um trabalho de formação, de reunião e tratamento da informação e de aprofundamento e discussão da problemática da habitação social, com ligações para o exterior: aparelho de Estado, entidades congéneres, organizações internacionais, etc*”. PEREIRA, Nuno Teotónio, “A Federação de Caixas de Previdência – 1947-1972”, *Escritos (1947-1996, selecção)*, Porto, FAUP publicações, 1996, p. 209/210.

^{xxiv} A figura do *arquitecto regional*, é criada depois da introdução da Lei n.º2092, como o objectivo de cobrir todo o território nacional, descentralizando o processo. São 9 as zonas, e 9 os arquitectos responsáveis, que trabalham com o estatuto de avençado com as HE.

^{xxv} MELLO, Duarte Cabral, “Vítor Figueiredo/Arquitecto”, *Arquitectura*, n.º135, Outubro 1979.

^{xxvi} DA pag 43.

^{xxvii} Conforme memória descritiva. Espólio Vítor Figueiredo, SIPA, Forte de Sacavém.

^{xxviii} *Idem*.

^{xxix} FERNANDEZ, Sérgio, *Percurso, Arquitectura Portuguesa, 1930/1974*, Porto, edições FAUP, 1988.

^{xxx} AFONSO, Ana Isabel, "Grupo Doméstico e Mudança Social: abordagens quantitativas e qualitativas", *Emográfica*, vol. IV (1), 2000, p.153-182.

RESDOMUS

plataforma editorial de cruzamento e de divulgação de cultura arquitectónica

^{xxx} COSTA, Alexandre Alves, Introdução ao estudo da história da arquitectura portuguesa: outros textos sobre arquitectura portuguesa, Porto, FAUP publicações, 2007, p. 58.